

Prescrições Efêmeras

A Constituinte deliberou sobre a educação. Como aconteceu em outros capítulos, esta também não surge como uma deliberação final, imune a alterações. O choque entre esquerda e *Centrão* acaba obrigando a concessões de lado a lado; e o resultado dá a impressão de coisa híbrida, não amadurecida. Generosas percentagens são atribuídas à educação nos orçamentos da União, estados e municípios. Para que essas percentagens sejam cumpridas, será preciso que a sociedade brasileira passe a dedicar ao assunto uma atenção até agora inexistente. E será preciso fiscalizar tanto o montante quanto o tipo de aplicação; gastar simplesmente mais não significa que se vai gastar bem.

A Constituição estabelece o direito à pré-educação — creches e pré-escolar. Ninguém discute a importância desse primeiro estágio educativo. A realidade do Brasil, entretanto, mostra 7 milhões de crianças fora da escola na faixa dos 7 aos 14 anos. É o nosso brutal déficit educacional (ou social, ou cultural). Com o novo texto, mais alguns milhões tornam-se credores de educação gratuita. Será conveniente garantir o amanhã quando ainda não se assegurou nem o hoje nem o ontem?

- Paradoxalmente, mantém-se a gratuidade in-

discriminada nas escolas superiores federais. Este ensino, obviamente, só é gratuito para quem consegue entrar nessas escolas (em grande proporção, os alunos que vêm das boas escolas particulares). Para os demais, obviamente, não haverá ensino superior gratuito. O texto constitucional, que admite bolsas de estudo no primeiro e segundo graus quando a rede oficial não atender à demanda, nada diz a respeito do terceiro grau.

Igualmente perigosa é a referência à "gestão democrática do ensino público na forma da lei". Isto se destina, ao que tudo indica, a incentivar os mecanismos de "eleição direta" nas escolas públicas. Não se vê por que deva ser assunto de uma Constituição. Esses processos *democráticos* podem produzir, eventualmente, efeitos de "renovação de atmosfera" nesta ou naquela escola; transformá-los em preceito constitucional é dar um endosso solene a uma prática que, em outros casos, mexeu com as bases do processo educativo, solapou as noções de competência e autoridade (necessárias na educação como em qualquer outro terreno) e ameaça transformar as universidades *autônomas* em musculosas corporações, atentas sobretudo aos seus interesses particulares.